



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB**  
**CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO**  
**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU***  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS EM TURISMO**

**O ARTESANATO DO NOROESTE MINEIRO COMO POTENCIAL DE  
TURISMO SUSTENTÁVEL**

**EDUARDO AUGUSTO ROCHA MIRANDA**

**ORIENTADORA: DRA IARA LÚCIA GOMES BRASILEIRO**

Brasília-2007



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO  
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS EM TURISMO**

**O ARTESANATO DO NOROESTE MINEIRO COMO POTENCIAL DE  
TURISMO SUSTENTÁVEL**

**EDUARDO AUGUSTO ROCHA MIRANDA**

**ORIENTADORA: DRA IARA LÚCIA GOMES BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo - CET, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Gestão de Negócios em Turismo.

Brasília-2007

Miranda, Eduardo Augusto Rocha.

O artesanato do noroeste mineiro como potencial de turismo sustentável / Eduardo Augusto Rocha Miranda – Brasília – 2007.

xiii, xxf. : il.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2007.

Orientadora: Dra Iara Lúcia Gomes Brasileiro.



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO  
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIO EM TURISMO**

**EDUARDO AUGUSTO ROCHA MIRANDA**

**APROVADO POR:**

---

Orientadora: Dra. Iara Lúcia Gomes Brasileiro

---

Professor: MSc. Domingos Sávio Spezia

---

Professora: MSc. Ariadne Pedra Bittencourt

**BRASÍLIA, 18 DE JULHO DE 2007.**

## DEDICATÓRIA

*Aos inúmeros profissionais do artesanato brasileiro, em especial os do Noroeste de Minas, pela dedicação, força e coragem com que superam dificuldades e fazem do Brasil uma potência turística inigualável.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus,

Aos meus pais, pelo apoio,

A Pilar, eterna companheira nos momentos de dificuldade,

A Luciana Navarro, maior autoridade em artesanato no Noroeste Mineiro,

À minha orientadora, Dra. Iara Lúcia Gomes Brasileiro, por sua competência indescritível,

Ao Professor Domingos Spezia, mestre e amigo, pelo incentivo,

Ao corpo docente do CET/UNB pela capacidade e domínio de conteúdo na ministração das disciplinas e a todos aqueles que me apoiaram na consecução deste curso.

*“[...] Quem nunca viu mutirão de fiadeira  
Dona Maroca passa a roda cantaneira  
Velha Germana é muito mexeriqueira  
Canta logo enfucando a companheira  
    É fut, fut, fut, fut,  
    E a roda vai girano  
O algodão cardado em fio de linha  
transformano [...]”*

*Ignocy Evangelista da Rocha*

## RESUMO

A presente monografia destaca o artesanato do Noroeste de Minas como exemplo de turismo sustentável. Dentre os objetivos propostos, está o reforço à teoria de que a produção artesanal de raiz se constitui uma alternativa de renda para as comunidades que detém esse saber; estudar as características do processo produtivo artesanal na localidade em epígrafe; e, associar os aspectos da produção artesanal com o turismo sustentável. A metodologia utilizada para a realização deste estudo foi a pesquisa qualitativa com consulta em livros, resenhas, teses, artigos, revistas, sites especializados, entre outros materiais e meios considerados de relevância para a pesquisa, descrição e análise dos recursos utilizados na produção artesanal, promovida por artesões do noroeste de Minas, como exemplo de turismo sustentável. Sabe-se que o turismo é uma alternativa para as pessoas satisfazerem suas necessidades de descanso, lazer ou intercâmbio cultural, pelo menos. Quando as pessoas optam em conhecer lugares diferentes daqueles que já conhecem, querem trazer consigo um objeto que sirva de recordação, mas que também tenha alguma utilidade em seu dia-a-dia. De todos os atrativos culturais, pode-se afirmar que o artesanato tem considerável destaque no setor turístico, pois suas diferentes formas aglutinam não apenas a matéria prima utilizada na construção ou confecção da peça, mas toda uma história de um povo ou de uma determinada comunidade, agregando ao objeto valor histórico-cultural. Nesse aspecto, de modo geral, o artesanato se constitui objeto de desejo de grande parte dos turistas. Talvez, por suas características peculiares e por ser reconhecido mundialmente a produção artesanal desempenha importante papel para as comunidades que o produzem, transformando-se em um dos principais recursos da promoção do turismo sustentável.

**Palavras-chave:** Artesanato. Turismo. Sustentabilidade.



## ABSTRACT

This present monograph it detaches the craft of the Noroeste de Minas as example of maintainable tourism. Among the proposed objectives, you is the reinforcement to the theory that the craft production of root is constituted an alternative of income for the communities that you stops that knowledge; to study the characteristics of the craft productive process in the place in epigraph; to approach the administration logistics as potential of the local tourism; and, to associate the aspects of the craft production with the maintainable tourism. The methodology used for the accomplishment of this study was the qualitative research with consultation in books, reviews, theories, goods, magazines, specialized sites, between other materials and considered means of relevance for the research, description and analysis of the chain of craft production, promoted by craft of the Noroeste de Minas, as example of maintainable tourism. It is known that the tourism is an alternative for the people to satisfy your rest needs, leisure or cultural exchange, at least. When the people choose in knowing places different from those that already know, they want to bring with itself an object that serves as memory, but that also has some usefulness in your day by day. Of all the cultural attractions, you can be affirmed that the craft has considerable prominence in the tourist section, because your different forms not just agglutinate the matter excels used in the construction or making of the piece, but an entire history of a people or of a certain community, joining to the object historical-cultural value. In that aspect, in general, the craft is constituted object of desire of the tourist's great part. Maybe, for those peculiar characteristics and for being globally recognized, the craft production plays important part for the communities that produce it, becoming one of the main resources of the promotion of the maintainable tourism.

**Word-key:** Craft. Tourism. Maintainable.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Regiões de planejamento de Minas Gerais .....	32
Figura 2: Exemplo de urdume .....	41
Figura 3: Exemplo de tapume.....	41

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Percentual de trabalhadores por grupo de ocupação: Noroeste de Minas .....	38
---	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Encontros internacionais sobre Educação Ambiental .....	25
---	----

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos ocupados, por sexo, segundo rendimento. ....	40
Gráfico 2 - Distribuição percentual dos ocupados, por sexo, segundo rendimento. ....	40

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....</b>	<b>14</b>
1.1 Conceitos sobre desenvolvimento.....	14
1.2 Conceitos sobre sustentabilidade .....	17
<b>2 TURISMO SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>20</b>
2.1 A educação ambiental como recurso facilitador do processo de sustentabilidade...	23
2.2 Cultura e desenvolvimento social.....	27
<b>3 ARTESANATO DO NOROESTE DE MINAS: TECELAGEM.....</b>	<b>32</b>
3.1 A Região Noroeste de Minas.....	32
3.2 O artesanato mineiro.....	33
3.3 Turismo e Artesanato.....	35
<b>4 O ARTESANATO COMO ALTERNATIVA DE RENDA NO NOROESTE MINEIRO.....</b>	<b>38</b>
4.1 Turismo e artesanato como alternativa de negócios no noroeste mineiro: Vale do Urucuia – Grande Sertão .....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>

## INTRODUÇÃO

A apenas 180 km de Brasília se encontra, talvez, o último rincão inóspito do Sertão mineiro. Região consagrada por Guimarães Rosa, muito seca, mas de cujo Cerrado brotam inúmeros artesãos, que dentro da sua simplicidade fazem um trabalho único, de valor cultural e histórico inestimável.

Tamanha inspiração, por tanto, descreve com brevidade alguns dos aspectos mais importantes abordados neste trabalho, tendo como desafio reconhecer o artesanato do Noroeste de Minas como potencial de turismo sustentável. Não obstante, a questão da sustentabilidade das atividades turísticas tem sido tema de diversas peças científicas, ganhando cada vez mais espaço nas comunidades acadêmicas e empresariais.

O equilíbrio entre as atividades humanas de turismo e o desenvolvimento sustentável exige de toda sociedade, entre outros preceitos, o alcance das finalidades sociais, bem como a satisfação das necessidades materiais e psicossociais; a valorização da autonomia sem o isolacionismo; a busca de uma relação não degradadora com o ambiente natural e a eficácia econômica.

O presente estudo busca interpretar e problematizar, sem a pretensão de ter respostas aprisionadas na certeza de uma verdade, os limites e as potencialidades do artesanato do Noroeste Mineiro como potencial de turismo sustentável.

Portanto, dentre os objetivos propostos para a realização deste trabalho, está o reforço à teoria de que a produção artesanal de raiz se constitui uma alternativa de renda para as comunidades que detêm esse saber. Ao estudar as características do processo produtivo artesanal das tecelãs do Noroeste de Minas enfatiza-se a produção artesanal como potencializador do turismo local, no intuito de associar os aspectos da produção artesanal com o turismo sustentável.

A metodologia utilizada para a realização deste estudo foi a pesquisa exploratória com consulta em livros, resenhas, teses, artigos, revistas, entre outros materiais e meios considerados de relevância para a pesquisa, descrição e análise da cadeia de produção artesanal, no noroeste de minas, como potencial de turismo sustentável.

Sendo elaborada da seguinte forma: desenvolvimento de base conceitual, realizada a partir de conceitos clássicos abordados dinamicamente, aplicáveis à realidade específica do Sertão e passíveis de serem transmitidos aos atores locais. Pesquisa bibliográfica e visita *in*

*loco* a alguns dos municípios com objetivo de conhecer melhor as potencialidades do artesanato no Noroeste Mineiro. No campo foi feita coleta de dados realizada pelo autor para recolher informações mediante entrevistas com atores locais, públicos, privados e do terceiro setor, entre elas uma entrevista feita com Luciana Navarro, maior autoridade em artesanato no Noroeste Mineiro.

Formadas as primeiras impressões, após visita e interação com atores locais, foi feito um corte de tal forma que o trabalho se desenvolvesse sobre determinadas localidades e incidências portadoras de maior atratividade.

O objetivo do trabalho foi olhar o artesanato como uma possibilidade de produto turístico, ou seja, como potencial a ser desenvolvido de maneira a vir a constituir-se em atração por si mesmo e para a cidade, permitindo que os turistas conheçam a cultura local e outros atrativos que venham a ser trabalhados.

O trabalho está dividido em cinco capítulos e considerações finais assim apresentados:

No primeiro capítulo são abordados os principais conceitos sobre desenvolvimento social em seus aspectos mais elementares sobre sustentabilidade e destacam-se os aspectos sociais, econômicos, ecológicos, espaciais, culturais e políticos dessa prática.

O segundo capítulo alinha os princípios clássicos e norteadores do desenvolvimento sustentável às atividades turísticas, como forma de orientação das questões humanas de descanso, lazer e intercâmbio cultural com base nos princípios éticos que privilegiam as questões ambientais. É estudado também a influência dos valores culturais no desenvolvimento social de determinados grupos e comunidades.

O terceiro capítulo destaca a produção artesanal como um dos principais atrativos para o desenvolvimento do turismo local.

O quarto capítulo descreve algumas particularidades sobre o artesanato, mais especificamente sobre o processo de tecelagem, amplamente praticado nas comunidades do Noroeste de Minas. Ainda nesse tópico, o artesanato é tratado como alternativa de renda, com ênfase nos aspectos logísticos como fator potencializador do turismo local.

Por fim são apresentadas as considerações finais.

# 1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para a compreensão mais adequada sobre desenvolvimento, se faz necessária a distinção semântica entre desenvolvimento e crescimento. É comum e muito freqüente a interpretação de ambas as palavras como sinônimo uma da outra. No entanto, essa interpretação é inadequada, pois o desenvolvimento não coincide, necessariamente, com o crescimento. Em termos gerais, crescimento deve ser entendido como expansão numérica, enquanto desenvolvimento como a melhoria qualitativa. Embora o crescimento seja um dos principais critérios para o desenvolvimento, não é por si só, condição satisfatória.

## 1.1 Conceitos sobre desenvolvimento

De modo geral o conceito de desenvolvimento, tem se alterado no decorrer dos anos, compondo novas formas de abordagens, desde as mais restritivas até as mais amplas. As mais restritivas são formuladas levando-se em consideração o aspecto econômico e quantitativo, cujos procedimentos contemplam o aumento da renda individual, por meio do processo de industrialização e o emprego de recursos tecnológicos.

A abordagem mais ampla, preferencialmente utilizada pelas organizações de promoção social é a mais atual, pois privilegia a noção qualitativa de desenvolvimento e contempla os aspectos sociais, sem, contudo menosprezar os aspectos econômicos. Certamente, a abordagem mais ampla sobre desenvolvimento prioriza o acesso das pessoas aos serviços de saúde e educação, bem como os direitos e garantias que prevêm a participação da sociedade em seus interesses públicos.

O desenvolvimento, enquanto processo contínuo está assegurado por meio de convenção social como um dos direitos humanos inalienáveis, conforme prevê a Resolução 41/128, de 04 de dezembro de 1986, estabelecida pela Assembléia Geral da ONU, nos seguintes termos:

Art. 1º - O direito a desenvolvimento é um direito alienável do homem em virtude do qual toda pessoa e todos os povos têm o direito de participar e contribuir para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político de modo que todos os direitos e liberdades fundamentais do homem possam ser realizados plenamente, e de beneficiar-se desse desenvolvimento (UNESCO *apud* BARBIERI, 2000).

Acompanhando a mídia impressa e televisiva, nota-se que desde a década de 90, a Agenda Social Global organizada pelas Nações Unidas - ONU, com participação efetiva do

Banco Mundial de Desenvolvimento- BID; da Organização Internacional do Trabalho – OIT; do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD; entre outras, têm dado atenção especial às iniciativas de capacitação ocupacional como recurso de promoção da inclusão social no âmbito do paradigma de desenvolvimento Sustentável.

De Paula (2000, p.286) afirma que essas ações encontram respaldo no princípio de que “[...] onde as populações detêm mais habilidades, conhecimentos e competências, toma-se mais fácil desencadear processos de desenvolvimento”.

Examinando a literatura disponível sobre o tema, percebe-se que o conceito de sustentabilidade é tão diversificado e complexo quanto os sistemas que reclamam a sustentabilidade. Portanto, a abordagem sobre desenvolvimento e turismo sustentável no presente trabalho privilegia o sentido mais abrangente da sustentabilidade, com ênfase na interação homem-natureza na produção artesanal, como recurso do turismo sustentável inspirado na definição de Mangel:

A sustentabilidade deve ser enfocada sob três diferentes aspectos: a) uso sustentável, que ocorre quando os seres humanos utilizam os recursos renováveis, permitindo que os processos naturais de reposição ocorram e assim o sistema poderá renovar-se indefinidamente; b) crescimento sustentável onde a questão básica que se impõe é se o crescimento econômico leva ou não em consideração a limitação de recursos, sem o que ocorrerá degradação do ambiente, pois não pode haver crescimento populacional e do consumo *per capita* de recursos; e, por fim, c) desenvolvimento sustentável, o termo mais usado e de difícil definição (MANGEL *et al*, *apud* RODRIGUES, 2003, p.33)

De acordo com Rodrigues (2003), as políticas públicas empregadas no Brasil para o desenvolvimento estão fundamentadas basicamente no aspecto econômico e têm como proposta corrigir as diferenças socioeconômicas. Contudo, o autor assevera que esse sistema desencadeou, no âmbito social, as distorções decorrentes do próprio modelo, ou seja, a aceleração e modernização do setor agrícola, por exemplo, inclusive com a implantação do parque industrial no país, resultaram em significativos danos à população e ao meio ambiente, além de não ter alcançado as finalidades conceituais do desenvolvimento, qual seja, a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

A aceleração e modernização dos meios de produção, com grave impacto no meio ambiente e em nome do suposto “desenvolvimento”, na verdade se refere ao crescimento numérico e privou o homem de outros fatores qualitativos de vida, como resultado da tecnologia e da imperícia do poder público em conciliar os meios de produção com a

distribuição de renda.

Para Morcillo (1987 *apud* RODRIGUES, 2003), esses efeitos condizem mais com a noção de crescimento, que se refere à expansão da escala das dimensões físicas do sistema econômico, ou seja, o incremento da produção em termos financeiros, do que propriamente com desenvolvimento, que é o padrão das transformações econômicas sociais e estruturais, por meio da melhoria qualitativa do equilíbrio relativo ao meio ambiente.

Brügger (1994) e Bellia (1996) confirmam a diferenciação de Morcillo (1987 *apud* RODRIGUES, 2003) ao concordarem que crescimento econômico se refere à expansão quantitativa do sistema econômico. Os autores utilizam o termo na conotação de incremento, enquanto que, ao se referirem a desenvolvimento, aludem às transformações não apenas econômicas, mas também sociais e estruturais, invariavelmente, por meio de melhorias qualitativas na relação homem-trabalho-meio ambiente, cujos incrementos, não se apresentam alheios ou contraditórios aos seus aspectos éticos.

Nesse aspecto, Morcillo (1993, p. 22), defende a relevância da utilização de “[...] um conjunto de indicadores que reflita alterações sociais, políticas e institucionais”. Dentre esses indicadores, o autor ressalta:

[...] consumo real per capita; variáveis sociais, políticas e demográficas; expectativa de vida; mortalidade infantil; fertilidade; educação; analfabetismo; distribuição de renda entre diferentes classes e setores; centralização da atividade econômica e poder político, entre outros.

Portanto, compreende-se que crescimento econômico nem sempre correspondente à melhoria da qualidade de vida e, assim, não deve ser confundido com desenvolvimento.

Interessante a perspectiva de Valladao (2000, p.16), quando diz que “o desenvolvimento busca um avanço impetuoso que conseqüentemente acaba por destruir todas as alternativas socioculturais que não se baseiam nas leis de crescimento e mercado”.

Benko (1996, p.55), por sua vez, leciona que “[...] o subdesenvolvimento de uns seria o desenvolvimento de outros, e a riqueza desses últimos se alimentaria da miséria dos primeiros”.

Uma alternativa para combater a pobreza crescente está baseada nas capacidades ou potencialidades de que os indivíduos dispõem para levar uma vida digna. A dignidade, o exercício da liberdade e o respeito aos direitos serão alcançados quando



forem melhorados os processos de distribuição e de acesso aos recursos privados e coletivos (SALAMA e DESTREMAU, 2001 *apud* RODRIGUES, 2003, p.30).

Ampliando as diferenças entre crescimento e desenvolvimento, Maluf (2000, p.71-72) faz uma alusão ao desenvolvimento, em seu sentido literal, dizendo que este é “[...] formado por duas idéias principais: melhoria e processo – melhoria em consequência do processo econômico e social”.

Assim, o autor define o desenvolvimento como uma ação dentro de um contexto contínuo de uma atividade qualquer, cujo objetivo seja a melhoria da qualidade de vida de uma sociedade com participação direta na elaboração dos meios e das finalidades que compõem esta ação. Em outras palavras, não havendo melhoria da qualidade de vida, certamente não haverá o que se conceitua como desenvolvimento.

Para Rodrigues (2003, p.31), qualquer noção mais atualizada sobre desenvolvimento, precisa ter em seu cerne a liberdade como principal meio, quer seja na política, na economia, no âmbito social, bem como haver transparência nas relações interpessoais e o sentido de segurança e proteção.

Não há duvidar que o crescimento pretere a qualidade do ambiente em seus aspectos éticos, além de não considerar a equidade na distribuição de renda, entre outros fatores sociais. Portanto, desenvolvimento se distingue do crescimento com vantajosa intensidade e está, necessariamente, associado às condições de vida da população.

Embora haja divergências teóricas sobre o que seja uma boa qualidade de vida, devido o seu caráter subjetivo de interpretação, bem como a inexistência de uma definição precisa sobre o que seja o desenvolvimento, isso demonstra as dificuldades de mensurar o índice de desenvolvimento de uma nação, sendo os números existentes apenas como resultado de uma definição universalmente aceita.

## **1.2 Conceitos sobre sustentabilidade**

De acordo com Mangel (*et al*, 1993, *apud* RODRIGUES, 2003, p.57), sustentabilidade pode ser conceituada a partir da três diferentes aspectos:

- uso sustentável, que ocorre quando os seres humanos utilizam os recursos renováveis, permitindo que os processos naturais de reposição ocorram e assim o sistema passa renovar-se indefinidamente;

- crescimento sustentável, onde a questão básica que se impõe é se o crescimento econômico pode ser sustentável sem o controle do crescimento populacional e do consumo per capita de recursos que ocorrem, geralmente, desconsiderando a limitação de recursos e promovendo a degradação de habitat;

- desenvolvimento sustentável, o termo mais usado e o de mais difícil definição.

Para Mangel (1993 *apud* RODRIGUES, 2003), o desenvolvimento sustentável torna-se uma “tarefa impossível quando sinônimo de crescimento sustentável da população e do consumo de recursos”.

No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, Mangel (1993 *apud* RODRIGUES, 2003) acredita que “o crescimento descontrolado compromete as possibilidades de efetivação da melhoria social e econômica da população mundial, que poderia ser promovida pelo uso sustentável dos recursos renováveis”.

Segundo Sachs (1993), são cinco as dimensões de sustentabilidade pelas quais se devem nortear o planejamento de desenvolvimento:

**Sustentabilidade social:** que se pode entender como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por outro crescimento e subsidiado por uma visão do que seja uma sociedade boa. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e pobres.

**Sustentabilidade econômica:** que se deve tornar possível por meio da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas por meio do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.

**Sustentabilidade ecológica:** que pode ser melhorada por meio das seguintes ferramentas: a) ampliar a capacidade de carga da espaçonave Terra, por meio da criatividade, isto é, intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida; b) limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por produtos renováveis e/ou abundantes, usados de forma não-agressiva ao ambiente; c) reduzir o volume de resíduos e de poluição, por meio da conservação de energia e de recursos e da reciclagem; d) promover a autolimitação no consumo de materiais por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo o planeta; e)

intensificar a pesquisa para a obtenção de tecnologia de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial; f) definir normas para uma adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos legais e administrativos necessários para o seu cumprimento.

**Sustentabilidade espacial:** que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, com ênfase no que se segue: a) reduzir a concentração excessiva nas áreas metropolitanas; b) frear a destruição dos ecossistemas frágeis, mas de importância vital, por meio de processos de colonização sem controle; c) promover a agricultura e a exploração agrícola das florestas por meio das técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores, notadamente por meio de pacotes tecnológicos adequados, dos créditos e do acesso a mercados; d) explorar o potencial da industrialização descentralizada, acoplada à nova geração de tecnologias, com referência especial às indústrias de biomassa e ao seu papel na criação de oportunidades de emprego não agrícola nas áreas rurais; e) criar uma rede de reservas naturais e de biosfera, para proteger a biodiversidade.

**Sustentabilidade cultural,** incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área (SACHS, 1993 *apud* RODRIGUES, 2003, p.60-61).

Para Ruscheinsky (2004), a possibilidade de uma sociedade sustentável enfrenta paradoxos socioambientais: por um lado, o desenvolvimento da subjetividade, da valorização, das diferenças, da autonomia dos sujeitos sociais, da valorização da multiplicidade de saberes, da democracia, da cidadania, do enaltecimento da criatividade, e outro, a massificação do consumo, da colonização da lógica do capital, do modelo hegemônico, entre outros.

Como podemos observar existem diferentes percepções de sustentabilidade no campo prático e conceitual, demonstrando que os desafios da sustentabilidade são de ordem extremamente complexa. É no diálogo entre essas dimensões que reside o ponto de maior relevância da sustentabilidade.

## 2 TURISMO SUSTENTÁVEL

Segundo Dias (2003), o turismo na atualidade tem se destacado como um “espelho da revolução industrial”. O autor faz uma analogia sob a ótica capitalista, onde a indústria se beneficia dos recursos naturais como meio de geração de renda. Nesse sentido, com o crescimento vertiginoso das atividades turísticas, importante reforçar a necessidade do zelo com sua principal matéria prima, ou seja, o meio ambiente.

Dias (2003) leciona que “o impacto do turismo sobre o meio ambiente é inevitável”. Portanto, para a continuidade das atividades inerentes ao turismo, não há outra opção mais racional e mais adequada do que resguardar os limites aceitáveis de sua prática.

Nesse aspecto, o crescimento, conforme conceituado no capítulo anterior, pouco interessa para a prática do turismo, uma vez que ao expandir-se numérica e economicamente apenas, corre o risco de perder o seu maior bem: o meio ambiente. Dessa forma, medidas cautelares de proteção e preservação do meio ambiente se tornam como elos de ligação entre a viabilidade econômica e a responsabilidade social.

Não é difícil deduzir que sem a matéria prima, dificilmente se terá um produto. Da mesma forma, partindo do princípio de que os recursos naturais são a matéria prima para as atividades turísticas, pode-se concluir que o meio ambiente degradado, dificilmente poderá ser contado com atrativo turístico, ou seja, não há atividade turística significativa sem os recursos naturais preservados. Essa idéia colabora consideravelmente à compreensão do que seja turismo sustentável.

Em uma melhor definição, Ansarah (2001, p. 30), assegura que “[...] o estudo do turismo deve ser direcionado para o desenvolvimento sustentável, conceito essencial para alcançar metas de desenvolvimento sem esgotar os recursos naturais e culturais”. A autora define turismo sustentável como sendo a prática do turismo sem deteriorar o meio ambiente. Para ela, a proteção do meio ambiente e o êxito do desenvolvimento turístico são inseparáveis.

Dessa forma, entende-se a essência do turismo sustentável como sendo a atividade que ocorre em harmonia com a natureza, propondo enfoque especial na conservação dos recursos naturais, para o desfrute das gerações futuras. Portanto, a conservação do ambiente natural se dá em função da conservação do atrativo e não da valoração local. O resultado dessa premissa seria a mudança na forma de pensar sobre a natureza, oferecendo um novo

paradigma pelo qual o turista consideraria o local que visita; não mais pelo valor material somente, mas pelo valor sociocultural que o lugar oferece.

O turismo sustentável apresenta vários benefícios para o ambiente natural. Estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano; incorpora planejamento e zoneamento assegurando o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade de carga do ecossistema; demonstra a importância dos recursos naturais e culturais e pode ajudar a preservá-los (SWARBROOKE, 2000, p.14).

De acordo com Rodrigues (2003), as primeiras iniciativas voltadas para o turismo sustentável surgiram na conferência Globo 90, na Columbia Britânica, Canadá. Representantes dos mais diversos segmentos da indústria do turismo, bem como governantes de alguns países, organizações do terceiro setor e estudantes empreenderam debates para averiguar a real importância da preservação do ambiente natural na sustentação do turismo, enquanto prática mercantilista. Portanto, durante a Conferência, surgiram as metas para o turismo sustentável, entre elas:

desenvolver maior consciência e compreensão das contribuições significativas que o turismo pode trazer ao meio ambiente e à economia;

promover a equidade e o desenvolvimento;

melhorar a qualidade de vida da comunidade anfitriã;

oferecer experiências de alta qualidade para o visitante;

manter a qualidade do meio ambiente do qual dependem os objetivos anteriores.

Contudo, McCool (1995 *apud* RODRIGUES, 2003, p.113) apresenta fundamento para o turismo sustentável, e cita: “[...] Quando as comunidades perdem o caráter que as torna distintas e atrativas para os não-residentes, elas perdem sua capacidade de disputar os rendimentos provenientes do turismo num mercado cada vez mais global e competitivo”. O autor defende a consideração dos aspectos de ordem social e de justiça social (qualitativo) sobre os aspectos econômicos (quantitativos).

Portanto, McCool (1995, *apud* RODRIGUES, 2003, p.114) pensa que para o turismo sustentável ter sucesso, os seres humanos devem considerar o seguinte:

como os turistas valorizam e usam os ambientes naturais;

como as comunidades são melhoradas por meio do turismo;

a identificação dos impactos sociais e ecológicos do turismo;  
o gerenciamento desses impactos.

O turismo sustentável é de certa forma, a extensão da ênfase no desenvolvimento sustentável. Entretanto, algumas agências como a WWF, por exemplo, prefere utilizar o termo “turismo responsável”, pois acredita que as discussões sobre a sustentabilidade do turismo são controversas. Nessa perspectiva, a responsabilidade na prática do turismo concerne à valoração tanto dos recursos naturais quanto dos aspectos culturais em seus respectivos destinos.

O termo turismo sustentável indica a prática de uma atividade turística em harmonia com os recursos naturais e a cultura local, minimizando os conflitos ou prejuízos sociais decorrentes dessa interação. Parte-se do princípio que o processo de sustentabilidade pretendido necessite da educação ambiental, como meio facilitador no processo de desenvolvimento social.

A concepção de sustentabilidade é plural e historicamente construída. Como diz Bursztyn (2001, página 59) “Não é possível encarar hoje o desafio do desenvolvimento sem qualificar o sustentável”. A sustentabilidade tornou-se um conceito usado com muita frequência, porém suas concepções se diferenciam muito, tanto no campo prático, como no teórico. Para alguns autores a sustentabilidade está relacionada com o crescimento e com as mudanças econômicas (Cavalcante, 2003; Sachs, 2000). O conceito de sustentabilidade deriva de uma leitura complexa de desenvolvimento sustentável. Enquanto a noção de desenvolvimento sustentável foi sendo disputada e incorporada pelos interesses do mercado a idéia de sustentabilidade impõem propostas como do eco desenvolvimento que problematiza a lógica do mercado.

A partir de 1970, com início do processo de expansão do capitalismo neoliberal, que as referências sobre o discurso da sustentabilidade emergem. Surge uma nova proposta de desenvolvimento frente à crise ambiental com uma nova estratégia global de reestruturação, capitaneados por um grupo que representava o capitalismo, e outros representados pelos movimentos sociais e alguns acadêmicos.

Sachs, ao propor a idéia de ecodesenvolvimento, origem do conceito de sustentabilidade, apresentou uma estratégia multidimensional e de caráter alternativa de desenvolvimento que articulava promoção econômica, preservação ambiental e participação

social.

As propostas e análise do Relatório Brundtland tomavam como pressupostos a possibilidade e o desejo de conciliar crescimento econômico e conservação ambiental, coisas até então tidas por incompatíveis. Esse relatório foi elaborado com apoio de muitas idéias iniciais de Sachs, no entanto resultou em um conteúdo qualitativamente diferente, na medida em que esvaziou o conteúdo inovador e crítico ao modelo hegemônico.

Segundo Herculano (1992), desenvolvimento sustentável significa crescimento para todos e garantia dos direitos das gerações futuras de acesso aos recursos naturais para sobrevivência. Em síntese, a negociação e construção do conceito se dão basicamente por duas correntes antagônicas: uma que acredita na finitude dos recursos naturais e outra dos que acreditam que podem continuar apropriando-se dos recursos naturais, porém com responsabilidade e gerenciamento.

Nesse sentido, sustentabilidade é assumida aqui como uma idéia que não é sinônimo de desenvolvimento sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável é único, historicamente constituído e institucionalizado pelas forças de mercado com ênfase nos aspectos econômico e tecnológico. É direcionado e capitalizado no sentido de buscar a legitimidade de uma nova proposta de apropriação da natureza, dentro dos marcos da expansão do capitalismo. Por outro lado, a concepção de sustentabilidade permite vislumbrar a idéia de desenvolvimento por uma perspectiva contra hegemônica, historicamente fundamentada no esforço de uma construção de uma nova sociedade emancipada. É uma idéia plural, com ênfase no aspecto social e político, e assim se relaciona com as possibilidades de mudanças do sistema hegemônico.

## **2.1 A educação ambiental como recurso facilitador do processo de sustentabilidade**

Desde a antiguidade os filósofos, cientistas e religiosos já ensaiavam questões sobre a relação do homem com a natureza, evidenciadas em seus escritos onde expressavam admiração pela natureza e sua preocupação em protegê-la. De modo que não se pode definir uma data precisa para o surgimento da Educação Ambiental em sua essência. No entanto, podemos delimitar seu surgimento científico de acordo com os preceitos que se compreende EA nos tempos atuais.

Foi Thomas Huxley, em 1863, quem escreveu sobre a interação do homem com os

demais seres vivos ao publicar um ensaio com o título: Evidências sobre o Lugar do Homem na Natureza. Porém, foi George Marsh, em seu livro “O Homem e a Natureza” quem apresentou um exame detalhado sobre os efeitos na natureza causado pelas civilizações antigas e alertava que as civilizações modernas poderiam estar no mesmo caminho. Aldo Leopoldo, em 1949, chamava a atenção por meio de suas publicações periódicas para a necessidade de uma ética de uso dos recursos naturais (DIAS, 1998, p.20).

Essas ações convergiam o foco da atenção para as questões ambientais em seus aspectos sociais e políticos. A conotação educacional não tardaria a incorporar o rol de abordagens feitas pelos intelectuais da época.

Com o advento dos avanços tecnológicos as alterações no meio ambiente tornaram-se inevitáveis. Nos países mais desenvolvidos, nas décadas de 50 e 60, os efeitos negativos sobre a qualidade de vida já eram evidentes. Em 1962, Rachel Carson lançava seu livro *Primavera Silenciosa*, tornando-se um importante instrumento do movimento ambientalista mundial. Em 1954, Albert Schweitzer foi agraciado com o prêmio Nobel da Paz por suas ações de popularização da ética ambiental. Somente em 1968, após sistematização dos questionamentos sobre as questões ambientais, foi fundado o Clube de Roma, que tinha por objetivo discutir a crise atual e futura da humanidade e, em 1972 publicou seu relatório *The Limits of Growth*, alertando que o crescente consumo mundial poderia levar a humanidade ao colapso (DIAS, 1998, p.21).

Após repercussão dessas ações, e o reconhecimento da importância do tema, a ONU realizou em Estocolmo, Suécia, a primeira conferência sobre o ambiente humano, onde foi estabelecido o Plano de Ação Mundial no intuito de nortear as ações humanas para a preservação do meio ambiente.

Em nível mundial, a questão ambiental ganhou grande repercussão com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, sendo discutida também nesta conferência a questão da educação para o meio ambiente, em que se estabeleceu uma abordagem multidisciplinar para nova área de conhecimento, abrangendo todos os níveis de ensino, incluindo o nível não formal, com a finalidade de sensibilizar a população para os cuidados ambientais (GUIMARÃES, 1994, p.218).

Guimarães (1994) afirma que a partir de 1975, por influência da Conferência realizada em Estocolmo, diversos outros encontros foram sendo realizados por todo o mundo, dos quais destacamos cronológica e resumidamente no quadro 1, a seguir:



<b>Ano</b>	<b>Local</b>	<b>Evento</b>	<b>Principais Resultados</b>
1975	Belgrado	Seminário Internacional sobre Educação Ambiental.	- Foi elaborada uma carta explicitando as metas e objetivos da EA, cujo princípio elementar seria a atenção com o meio natural e artificial considerando os fatores ecológicos, políticos, sociais, culturais e estéticos.
1976	Chosica, Peru e Bogotá, Colômbia	Reuniões no âmbito da América Latina.	- A Educação Ambiental foi postulada como agente catalisador e fortalecedor dos processos de transformação social.
1977	Tbilisi, Geórgia	I Conferência Intergovernamental sobre Educação para o Ambiente.	- Foi traçada de forma mais sistemática e com abrangência mundial as diretrizes, conceituações e os procedimentos para a EA, tornando-se referência para as políticas de Educação Ambiental em todo o mundo.
1987	Moscou	II Conferência Mundial sobre Educação Ambiental	- Foram reforçados os princípios tirados na Conferência de Tbilisi. - Foram traçados planos de ação para a década de 1990.

**Quadro 1: Encontros internacionais sobre Educação Ambiental**

Fonte: DIAS (1998, p.44).

Somente na década de 80 começaram a surgir no Brasil, trabalhos acadêmicos abordando a temática e simultaneamente crescia o interesse da população pelo assunto. No início da década de 90, com a organização da Unced 92, no Rio de Janeiro, também conhecida como ECO 92 ou Rio 92, estabeleceu-se no Brasil a base conceitual sobre EA, criando uma forte demanda institucional.

O resultado da ECO 92 foi a Agenda 21, um consenso global e compromisso político do mais alto nível, mostrando como os governos, as empresas, as organizações não governamentais e todos os setores da ação humana podem cooperar para resolver os problemas ambientais cruciais que ameaçam a vida no planeta. O Secretário-Geral da Unced queria assegurar-se de que as corporações comerciais participariam no processo da discussão e da decisão final. Ele, então, pediu a um líder industrial suíço para ser seu conselheiro nas questões comerciais. Esse industrial fez seu papel, estabelecendo o Conselho Empresarial de Desenvolvimento Sustentável -CEBDS. Esse Conselho publicou um relatório importante intitulado Mudança de Rumo, mas também decidiu aproximar-se da ISO para discutir o desenvolvimento de padrões ambientais (SEBRAE, 2004).

Desde a metade dos anos 80, e mais recentemente nas economias emergentes e dinâmicas do Oriente e do Ocidente, o segmento empresarial está tomando uma atitude mais

pro ativa e reconhecendo que a gestão ambiental, como iniciativa voluntária, pode intensificar a imagem de corporação, aumentar os lucros e a competitividade, reduzir os custos e prevenir a necessidade de proposição de emendas legislativas a serem tomadas pelas autoridades.

O Brasil evoluiu, consolidou sua democracia, melhorou seus índices sociais e econômicos e, recentemente, inseriu-se entre as vinte melhores nações do mundo em termos de Gestão Ambiental, tendo criado em 1999, por força da Lei 9.765/99 a Política Nacional de Educação Ambiental (DIAS, 2004).

Entretanto, muitas são as ações que se pretendem e podem ser efetivadas para conseguir a transformação social que boa parte da população deseja. Nesse aspecto, entende-se a Educação Ambiental como instrumento facilitador do processo de sustentabilidade, pois sem o conhecimento individual da população, tanto daqueles que sobrevivem dos recursos naturais como atrativo turístico, quanto os próprios turistas que visitam as mais diversas localidades, todos precisam ser portadores dos conhecimentos necessários ao convívio harmonioso com a natureza e os recursos naturais do meio ambiente. Disso dependerá a sustentabilidade que se pretende agregar às atividades turísticas.

Stapp (*et al*, 1969) ao formular o conceito de Educação Ambiental - EA, por exemplo, considerou apenas o aspecto biofísico destacando “a formação de cidadãos cujos conhecimentos acerca do ambiente biofísico [...] possam habilitá-los para resolver seus problemas”. Em 1970 a IUCN definiu a EA levando em consideração os aspectos sociais e econômicos ao afirmar que Educação Ambiental é “um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, voltados para o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à compreensão e apreciação das interações entre o homem, sua cultura e seu entorno biofísico” (DIAS, 2004).

Mellows (1972) apresentava a EA como um “processo no qual deveria ocorrer um desenvolvimento progressivo de um senso de preocupação com o meio ambiente, baseado em um completo e sensível entendimento das relações do homem com o ambiente a sua volta”. (DIAS, 2004).

De acordo com Dias (2004), em 1977, na Conferência de Tbilisi, a Educação Ambiental foi definida como “[...] prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, por meio de um enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade”. Essa definição orientou a maioria das políticas ambientais no mundo e inclusive no Brasil.

De acordo com a definição contida na norma NBR (ISO 14001:1996, item 3.2), meio ambiente é “a circunvizinhança em que uma organização opera, incluindo ar, água, solo, recursos naturais, flora, fauna, seres humanos e suas interrelações”.

O conceito de meio ambiente, reduzido exclusivamente a seus aspectos naturais, não permitia apreciar as interdependências nem a contribuição das ciências sociais e outras à compreensão dessas interrelações, das ameaças à sustentabilidade e das necessidades de intervenções para a manutenção e melhoria do ambiente humano (DIAS, 2004).

## **2.2 Cultura e desenvolvimento social**

É fato notório a complexidade do termo cultura e, por isso, a dificuldade em defini-lo. De modo geral e mais abrangente, cultura significa um processo, remete à continuidade, mas também à mudança, à transformação. Em um entendimento mais contemporâneo, cultura é percebida como sistema de significação, mediante o qual uma dada ordem social é comunicada, vivida, reproduzida, transformada e estudada (ARANTES, 1990).

De acordo com Arantes (1990, p.30) “A palavra cultura, em seu uso corrente, significa saber, estudo, elegância, esmero; ela evoca os domínios da filosofia, das ciências e das belas artes”. Dessa forma, para o autor, cultura enquanto forma de expressão compreende os “objetos, conhecimentos, valores, costumes e celebrações que fazem parte do modo de vida do povo, categoria social complexa e de definição imprecisa”.

Arantes (1990, p. 32) leciona que:

a cultura popular surge como uma outra cultura que, por contraste ao saber culto dominante, apresenta-se como totalidade, embora sendo, na verdade, construída através da justaposição de elementos residuais e fragmentários, considerados resistentes a um processo natural de deterioração. Desse modo, interpretar o significado das culturas, implica em reconstituir, em sua totalidade, o modo como os grupos se representam e as relações sociais que os definem enquanto tais.

Portanto, entende-se que cultura é a manifestação mais peculiar de um povo, incluindo todas as suas dimensões vivenciais. Dessa forma, cada grupo de pessoas, quer seja um estado, um país ou uma determinada região manifesta a sua cultura própria. Tamanha diversidade cultural empresta aos povos sua identidade. Ao mudar de região, a pessoa leva um pouco da sua cultura local, mas também absorve outros aspectos da cultura de destino, cuja intensidade de absorção é relativa ao seu tempo de permanência. De qualquer forma, as tradições devem ser respeitadas e preservadas, pois conta a história de um povo e seus

hábitos, usos e costumes.

E é essa concepção ampla de cultura que está na base do entendimento genérico: cultura designando o que os homens criam, a que atribuem sentidos, o que transformam e podem entender, sendo também por ela transformados, apresentados e passíveis de serem conhecidos e compreendidos por outros homens.

UNESCO desde 1989 reconhece como cultura tradicional e popular o:

[...] conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural, fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social. Seus padrões e valores são transmitidos oralmente por imitação ou por outros meios. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a dança, a música, os jogos, a mitologia, os ritos, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (UNESCO, 1989, p.33).

É importante também salientar que o artesanato tradicional faz parte do modo de vida das pessoas que o realizam e, portanto, integra-se à cultura da comunidade. Seguindo padrões estéticos próprios, o artesanato tradicional é transmitido espontaneamente de geração para geração e, assim, transforma-se em elemento de identidade cultural.

Segundo os antropólogos Kroeber e Kluckhohn (1952 *apud* GIBSON, 2002), cultura é um sistema de crenças e valores compartilhado dentro de uma sociedade ou dentro de um grupo social.

Outra clássica definição sobre cultura, de Lévi-Strauss (1976), diz respeito a um conjunto complexo de códigos que asseguram a ação coletiva de um grupo. Note-se que o autor não está falando em sociedade, mas em um grupo. Enfim, a cultura apareceu como um instrumento, como conceito para diferenciar determinados grupos de outros.

É fundamental que sejam percebidas as relações de produção, com os ecossistemas regionais, o contexto sociocultural dos artesãos, os aspectos culturais revelados em cada objeto e as possibilidades desses produtos no fluxo de comércio, amplia a compreensão das identidades locais expressas no artesanato.

Enquanto atividade que atende a lógica do mercado e do consumo, o turismo é um grande promotor da valorização dos espaços, uma vez que esses espaços são transformados em mercadorias consumidas pelos turistas. Há também modificações nas relações que se desenvolvem com este espaço e sobre este espaço, uma vez que há a valorização de hábitos locais e regionais. Portanto, o estudo do turismo, como elemento de desenvolvimento social,

se dá por meio da combinação entre o natural e o cultural, sendo que a cultura atribui significados àquele primeiro. Assim, a cultura como produto das relações entre os homens e o seu lugar, que dá sentido a este lugar, subsidia a invenção do objeto turístico. Através do entrelaçamento da cultura e do turismo desvenda os processos e elementos culturais do Noroeste mineiro.

Segundo o código mundial de ética do turismo, artigo primeiro – contribuição do turismo para compreensão e o respeito mútuo entre homens e sociedades:

A compreensão e a promoção dos valores éticos comuns à humanidade, num espírito de tolerância e de respeito pela diversidade das crenças religiosas, filosóficas e morais, são ao mesmo tempo fundamento e consequência de um turismo responsável. Os agentes do desenvolvimento e os próprios turistas devem ter em conta as tradições e práticas sociais e culturais de todos os povos, incluindo as das minorias e populações autóctones, reconhecendo a sua riqueza.

O que é desenvolvimento em uma atividade turística? Apregoa-se que o turismo é capaz de movimentar 52 setores da economia nacional. Isso nos leva a crer que essa atividade é um poderoso veículo de progresso material, de fator de desenvolvimento, entende-se então que há uma drástica redução do termo desenvolvimento a uma dimensão econômica. Com isso, vemos abordagens freqüentes e valorativas do turismo como atividade econômica, compreendemos que com essa concepção negligencia-se seu entendimento de catalisador de uma prática social coletiva que integra mecanismos distintos de relação ao espaço, a identidade e ao outro, de fonte de relações sociais e culturais.

Para essa nova concepção de desenvolvimento, implica a quebra de um paradigma que se formou através dos tempos vindo da ideologia capitalista, de concepção “mecanicista-fragmentária”, para outro de concepção “holística-integrada” (CAPRA apud MARTINS, 2002, p. 57).

Com isso, o conceito de um novo modelo de desenvolvimento deve ter em sua essência a base de integração e sustentação. Baseada na solidariedade comunitária, do próprio local como espaço físico e de territorialidade. Com o sentimento de pertencer ao local pode-se entender mais profundamente as peculiaridades do desenvolvimento.

De acordo com Capra (Op Cit):

“A participação não pode ser vista como mero requisito metodológico na estratégia de sensibilização ou conscientização popular. Ela é muito mais do que um atributo do diagnóstico ou um recurso da ação planejadora (...) o esvaziamento de uma reunião pode não

expressar desinteresse, mas ser um indicativo importante de que o seu conteúdo não foi perfeitamente entendido ou aceito. Neste sentido, participativo não é o processo em que apenas se assegura a oportunidade da participação, mas aquele que a promove em todos os sentidos, porque nela deposita sua própria condição de vitalidade. Isto significa acreditar muito mais nas pessoas do que estamos acostumados, possibilitando e condicionando sua participação qualitativa e não apenas quantitativa.” (MARTINS, 2003:53)

Sem a comunidade é impossível haver desenvolvimento local, “o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias, etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas beneficiária do desenvolvimento” (MARTINS, 2003:52)

O setor turístico está relacionado diretamente à prática social, portanto as possibilidades de que o turismo promova um efetivo desenvolvimento local ou regional devem ser consideradas dentro de um universo real e analisadas criteriosamente em suas origens, já que os principais divulgadores do desenvolvimento associado à prática do turismo são os atores hegemônicos diretamente beneficiados com o desenvolvimento turístico dos lugares. Ou seja, é preciso simultaneamente um forte vínculo local em um dinâmico enredamento global, nas palavras de Silva (*apud* MARTINS, 2003).

Segundo Beni (1998), existe um consenso mundial de que o turismo sustentável tem quatro alicerces:

- a ambiental principal fonte de matéria prima dos atrativos;
- o social, e aí se entende em sua abrangência, a comunidade receptora, o patrimônio histórico-cultural e a interação com os visitantes, ao mesmo tempo em que eleva o padrão de vida e a auto-estima dessa comunidade;
- o econômico, com todos os inter-relacionamentos e interdependências da cadeia produtiva, permitindo sua articulação com a identificação correta de suas unidades de produção e de negócios para estabelecer uma rede de empresas a fim de atuar de forma integrada, pro ativa e interativa, obtendo níveis de comparação e produtividade para o alcance de competitividade;
- o político, que se instrumentaliza mediante estratégias de gestão que possibilitem coordenar as iniciativas locais na criação de um entorno emulativo de produção, favorecendo o desenvolvimento sustentável.

Todavia, a expressão turismo sustentável cria dentro da esfera da economia a expectativa de uma atividade em plena consonância com a natureza, com a cultura local, sem conflitos sociais que possam comprometer a sua reprodução.

O conceito de turismo, atualmente adotado pela Organização Mundial de Turismo (OMT) é o desenvolvido por Oscar De La Torre (1992): “o turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, CULTURA ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Essa ligação turismo e atividades sócio-culturais é capaz de gerar benefícios incontáveis para o desenvolvimento sustentável do local abordado. Quando o homem estabelece a consciência de si como um ato, ou seja, quando se vê como um ser individual e universal e aplica essa realidade a sua própria vida e à sociedade, ele constrói uma nova visão de mundo. Devemos ter a preocupação de ter uma visão holística do turismo sustentável numa perspectiva contemporânea e não pela prática do consumo proposta pela globalização pela indústria do lazer.

Concluindo, o turismo sustentável desejável ocorrerá quando houver uma gestão integrada em três pontos fundamentais, estes correlacionados entre si: manutenção da qualidade ambiental, participação ativa de toda comunidade, união em associações em cooperativas. Com isso, poderíamos sim, conseguir além do desenvolvimento do turismo o desenvolvimento sustentável, sócio-cultural na sua plenitude.

### 3 ARTESANATO DO NOROESTE DE MINAS: TECELAGEM

#### 3.1 A Região Noroeste de Minas

De acordo com dados do IBGE (2005), a Região conhecida como Noroeste de Minas é uma das doze mesorregiões do estado de Minas Gerais. Essa mesorregião é constituída pelo ajuntamento de dezenove municípios, agrupados em duas microrregiões: Paracatu e Unaí. A microrregião de Paracatu tem uma população estimada em 208.408 habitantes e está dividida em dez municípios: Brasilândia de Minas, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Paracatu, Presidente Olegário, São Gonçalo do Abaeté, Varjão de Minas e Vazante.

A microrregião de Unaí, segundo dados do IBGE (2005), tem uma população estimada em 144.411 habitantes e está composta por nove municípios: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Unaí e Uruana de Minas.

O mapa a seguir indica a localização geográfica da mesorregião do Noroeste de Minas:



**Figura 1: Regiões de planejamento de Minas Gerais**  
Fonte: <http://www.indi.mg.gov.br/perfil/noroeste01.htm>.



Com uma população total de 352.819, entre os dezenove municípios que compõem o Noroeste de Minas, a Região sustenta grande potencial para a produção de grãos, em especial a soja e o milho. Na última década, essa Região apresentou uma das maiores taxas de crescimento de todo o Estado. Influenciada pelo raio de atração de Brasília, além do famoso artesanato produzido por suas tecelãs, a Região Noroeste de Minas se destaca também nos agronegócios, tendo possibilitado maior índice de crescimento nas taxas de PIB per capita do Estado entre 1991 e 1996 (IBGE, 2005).

### **3.2 O artesanato mineiro**

Em termos de tradições culturais e de matérias-primas para o artesanato, o Estado de Minas Gerais pode ser considerado como privilegiado e, particularmente, bem dotado nesse aspecto. Encontram-se à disposição de seus artistas, para a composição de suas mais diversificadas obras, as riquíssimas formações minerais, as argilas e barros, as pedras-sabão, as madeiras de toda a espécie e, principalmente, as fibras e couros de qualidade formidável. A Região Noroeste de Minas é conhecida pela produção do que há de melhor em fios de toda a espécie (BRASIL, 1982).

Nesse sentido, o suprimento de matéria prima para a produção do artesanato é reforçado pelas tradições culturais, cujos elementos básicos da cultura brasileira, oriunda dos portugueses, africanos e indígenas, oferecem subsídios que foram sendo assimilados pelos artesãos mineiros de maneira talvez mais equilibrada do que em qualquer outro Estado da Federação. Tais fatores determinaram a base empírica para suscitar em Minas Gerais uma ambiência histórico-social favorável ao desenvolvimento da cultura artesã, abonando a intensidade da difusão e do valor do artesanato mineiro.

[...] das rudes tapeçarias de inspiração local do vale do Jequitinhonha aos “arraiolos” de origem portuguesa do mesmo vale; dos bordados às rendas que ocupam artesãs em todo o Estado; da cerâmica primitiva ou mais trabalhada do Polígono das Secas aos requintados objetos de pedra sabão e pedras semipreciosas das velhas cidades históricas mineiras; dos objetos de madeira, influenciados tanto pela extensa tradição indígena, como pela imaginária de totens africana e pela esplêndida arte barroca portuguesa, aos trançados de fibras vegetais que conservam as características da técnica indígena, todas as manifestações da arte popular contribuem para fazer da terra mineira uma das áreas de artesanato mais rico e expressivo do país (BRASIL, 2005).

Portanto, considerando a situação precária do trabalho artesanal, agravado com a modernização da economia e, objetivando a sustentabilidade do turismo regional, o Governo

de Minas estabeleceu, há muito, suas metas prioritárias para projetos que compõem os mais diversos tipos de Programas de apoio e incentivo ao artesanato local, dentre eles:

organização de um sistema de comercialização que se conforme como um canal estável de escoamento dos produtos artesanais, procurando torná-los acessíveis a um número crescente de consumidores;

apoio à produção, buscando adequá-la às tendências da demanda, através da concessão de financiamento aos artesãos para a compra de instrumentos e matéria prima; de cursos de qualificação e aperfeiçoamento de mão-de-obra introduzindo novas técnicas, matérias-primas diversas, etc., sem interferir diretamente nas características culturais e artísticas básicas do artesanato.

De acordo com os projetos, ao ouvir as comunidades artesanais, suas reivindicações e sugestões, são traçados planos de trabalho para apoiar o que já fazem e ampliar o número de pessoas envolvidas. Os pontos básicos dessa atuação que varia de um lugar para outro, em respeito às necessidades específicas de cada pólo são:

trabalhar com grupos que fazem artesanatos de cunho tradicional, isto é, ligado aos modos de vida do lugar, às matérias primas disponíveis, aos conhecimentos transmitidos pelos mais velhos por meio de ensino informal, com padrões estéticos desenvolvidos a partir da vivência da própria comunidade;

orientar a formação de associações de artesãos, ou o fortalecimento das já existentes;

aprimorar a produção;

divulgar a produção artesanal, valorizando o seu aspecto cultural, os saberes necessários a sua realização e a sua integração a um determinado modo de vida;

facilitar a obtenção de espaços;

abrir caminhos para a comercialização.

A valorização da atividade artesanal se reflete em áreas ligadas ao amor próprio o que leva as pessoas a buscarem uma condição mais digna de vida, por se sentirem merecedoras dessas melhorias. O apoio a alguns fatores de produção e escoamento torna o artesanato uma opção de trabalho e remuneração. Trabalhando dessa forma é possível atrair pessoas para a produção artesanal, geralmente jovens, que tendem a se desinteressar das

tradições locais.

O artesanato trabalha o desenvolvimento das identidades locais por meio da expressão artesanal. A sustentabilidade das ações empreendidas incide exatamente na manutenção dessas identidades locais. A idéia é revigorar esse artesanato, aperfeiçoando sua qualidade, imprimindo-lhe maior produtividade e organizando sua produção no âmbito de associações e cooperativas. Com esses incentivos a comercialização alcança retorno mais eficaz com os artesãos.

O artesanato é uma atividade econômica de grande potencial, além de instrumento inestimável no processo de fortalecimento por recuperação de identidades culturais regionais. Pode não enriquecer ninguém, mas as famílias e comunidades envolvidas na produção artesanal têm nessa atividade um instrumento que as iluminam em toda sua dignidade, além de auxiliar no equilíbrio de condições adversas de subsistência resultantes do clima, isolamento e esquecimento.

Até a primeira metade do século passado, entendia-se Patrimônio cultural como as obras de arte no espaço: a pintura, a escultura e a arquitetura, associadas às classes dominantes, pertencentes à sociedade política ou civil. Mais tarde verificou-se que a existência de outras artes, aquelas que transcorrem no tempo, como a dança, a literatura e a música, e que também são parte importante do patrimônio cultural artístico, mas, por não terem a mesma materialidade que os anteriores, é complexa sua qualificação como “bens”, donde sua quase permanente exclusão das preocupações oficiais com a questão do patrimônio (Barreto, 2000, p.10).

### **3.3 Turismo e Artesanato**

O turismo cultural tem seus primórdios no Brasil na década de 60, com a criação do Conselho Nacional do Turismo, com isso, vem sendo estimulado nos planos de desenvolvimento por ser uma das atividades de crescente importância econômica. Na década de 90 inicia-se uma política nacional, como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e principalmente cultural.

De acordo com Brasil (2006, p.14), “o artesanato é um dos elos mais importantes da cadeia produtiva do turismo. Das belezas naturais, hotéis e restaurantes o turista leva a lembrança na sua mente ou fotografias. Mas é com o artesanato que ele leva a lembrança viva”.

Segundo Teixeira (2005) o artesanato está contido no segmento de turismo cultural, cujo atrativo não é a natureza, como defende alguns teóricos, mas turismo cultural está intimamente ligado a certos aspectos da cultura humana, como por exemplo, o artesanato.

Para a Organização Mundial do Turismo, turismo cultural deve ser qualificado pela procura por matérias relativas à cultura humana, dentre elas, destacam-se as artes cênicas, os sítios históricos ou arqueológicos, algumas manifestações ligadas ao folclore de uma região, peregrinações, festivais, entre outros.

Para Teixeira (2005, p.3) “as críticas dirigidas pela antropologia à adaptação da história ao gosto dos turistas e alguns lugares são procedentes”, pois a popularização de determinadas culturas tem banalizado rituais e costumes, descaracterizando as tradições. Portanto, o autor defende que o planejador de turismo intervenha de forma responsável e consciente no sentido de preservar todo o legado cultural de uma determinada região para que a produção local possa ser transformada em produto turístico de qualidade, “bom para ser usufruído também pela comunidade local”.

Nessa perspectiva, Barreto (2000) assevera que é necessário pensar na comunidade produtora como um todo, inclusive em sua economia e em sua política, além de propor atividades turísticas que ao invés de prejudicar o local tragam benefícios, criando alternativas para diversificação e sustentabilidade local, promovendo programas “educativos que informem ao turista sobre a maneira de realizar uma visita proveitosa e responsável”.

Um dos graves problemas do turismo cultural e histórico tem sido a falta de planejamento. Grandes operadoras internacionais, interessadas apenas em maximizar seus lucros, começaram a vender determinados atrativos culturais em diversas partes do mundo, ao sabor do próprio mercado. Os núcleos receptores, também no afã do lucro, criaram e recriaram produtos pseudoculturais sem dedicação de pesquisa, no estilo hollywoodiano, e merecem as críticas de muitos antropólogos. A intervenção dos planejadores de turismo pode ser decisiva para que o turismo cultural possa ser um produto realmente autêntico e trazer benefícios não somente econômicos como também sócio-culturais aos protagonistas. Pode-se criar um produto turístico cultural sem falsificações somente para agradar a turistas (BARRETO, 2000, p.43).

Quando turistas almejam conhecer a cultura de outras regiões, em especial as que visitam, criam valor econômico favorável à preservação da cultura local, podendo beneficiar tanto os turistas como receptores, como os artesãos como propagadores culturais.

Ruschmann (1999) ressalta que “é impossível desconsiderar a cultura de um povo como uma das mais importantes motivações das viagens turísticas” e complementa:

[...] Os padrões explícitos ou implícitos do comportamento, adquiridos ou transmitidos por símbolos, que constituem o patrimônio de grupos humanos, inclusive sua materialização em artefatos. O aspecto mais importante de uma cultura reside nas idéias tradicionais - de origem e seleção histórica - e, principalmente, no de significado (RUSCHMANN, 1999, p.50).

Portanto, em termos gerais, Ruschmann (1999) que as atratividades turísticas das nações e de regiões específicas dentro de um mesmo país, podem trazer conseqüências favoráveis, tais como: Valorização do artesanato; valorização da herança cultural; orgulho étnico; valorização e preservação do patrimônio histórico; bem como conseqüências desfavoráveis tais como:

Descaracterização do artesanato - A produção de artesanato, voltada unicamente para o consumo dos turistas - como souvenirs - descaracteriza sua função original, utilitária, dos objetos para transformá-los em itens de decoração;

Vulgarização das manifestações tradicionais - As ações mercadológicas do turismo geralmente apresentam aos turistas dos países desenvolvidos cenas e manifestações culturais dos países em desenvolvimento de forma inexata e romantizada, contribuindo para a criação de uma imagem simplista e estereotipada;

Arrogância cultural – O folclore e outras manifestações culturais dos povos visitados são geralmente apresentados aos turistas em salões especiais, com ar-condicionado e poltronas confortáveis, para evitar o contato direto do turista com os nativos, transformando-os em objetos de observação;

Destruição do patrimônio histórico - O acesso de turistas em massa pode comprometer as estruturas de bens históricos, devido à circulação excessiva de veículos e das ações depredatórias dos próprios turistas, nem sempre controláveis.

## 4 O ARTESANATO COMO ALTERNATIVO DE RENDA NO NOROESTE MINEIRO

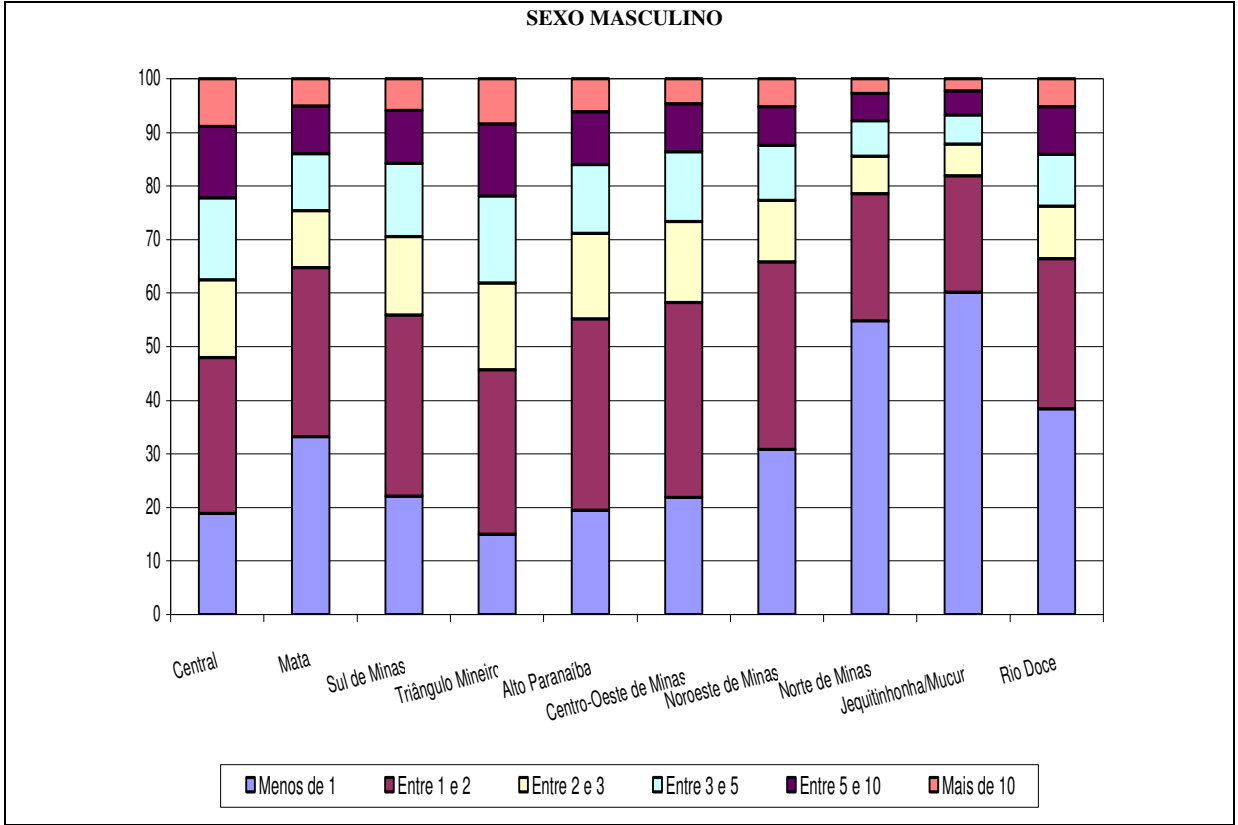
Quando as pessoas viajam, quer seja a trabalho ou mesmo a passeio elas querem trazer alguma recordação personalizada do local visitado, um produto típico local. Nesse caso, o artesanato se constitui uma peça de desejo de muitos. Quanto maior a variedade dos produtos regionais melhor para o turismo local (BRASIL, 2006, p.20).

Segundo dados do IBGE (2000), na Região Noroeste de Minas a ocupação de maior incidência é a de trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca; seguido dos trabalhadores do comércio. Mesmo não sendo maioria e ocupando o 8º lugar no ranking de ocupações, o número de profissionais das ciências e das artes ultrapassa o grupo de membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares da Região e se equipara ao número de trabalhadores de reparação e manutenção, conforme demonstra a tabela a seguir:

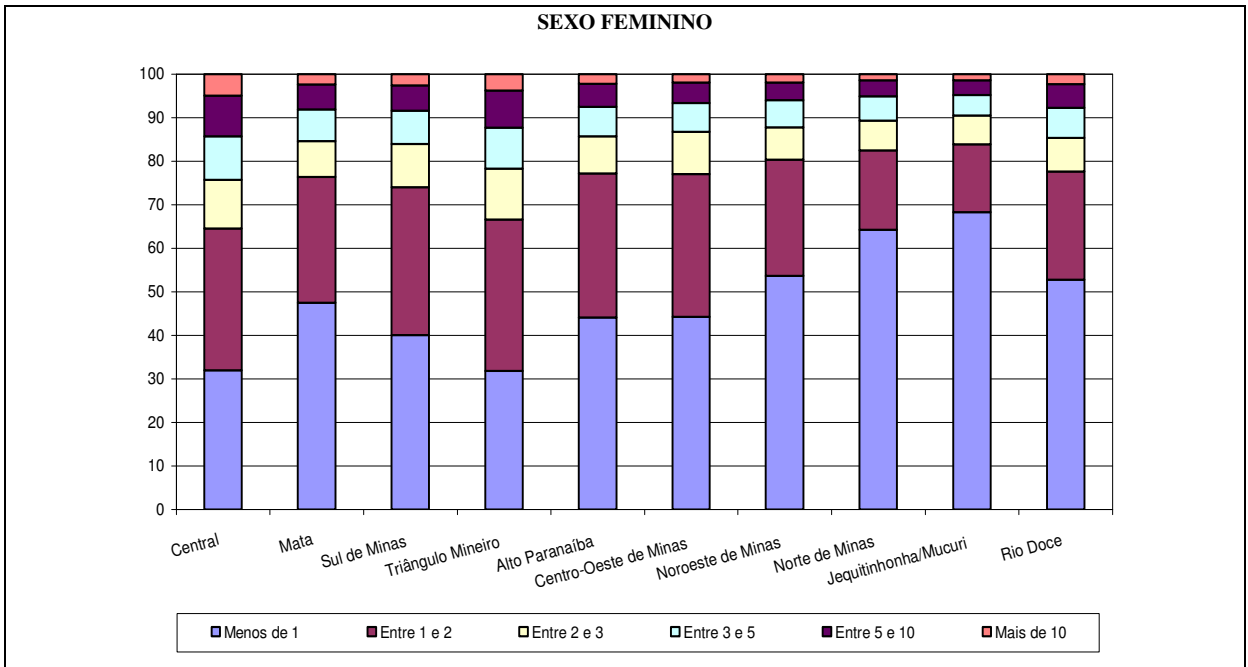
<b>GRUPO DE OCUPAÇÃO</b>	<b>NOROESTE DE MINAS</b>
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	1,2%
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	4,1%
Profissionais das ciências e das artes	3,0%
Técnicos de nível médio	5,5%
Trabalhadores de serviços administrativos	5,3%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	27,5%
Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca	32,3%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	18,0%
Trabalhadores de reparação e manutenção	3,1%
<b>Total</b>	<b>128.290</b>

**Tabela 1 – Percentual de trabalhadores por grupo de ocupação: Noroeste de Minas**  
**Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, Minas Gerais, 2000**

Com relação à renda da população, feita com base no rendimento em salários mínimos, referente ao trabalho principal, tal hipótese indicou, através da pesquisa do IBGE (2000), que o Estado de Minas Gerais é bastante heterogêneo, tendo identificado as regiões Norte de Minas e Jequitinhonha / Mucuri como sendo as menos favorecidas economicamente, pois “mais de 50% dos ocupados recebiam mensalmente menos de um salário mínimo”. Entretanto, as regiões percebidas como as mais abastadas são a Central e o Triângulo Mineiro, cuja maior parcela dos ocupados recebia mais de cinco salários mínimos. Nas demais Regiões, como a Noroeste, por exemplo, constatou-se que o número de pessoas recebendo rendimentos mensais inferiores a dois salários mínimos era grande, conforme demonstram os gráficos abaixo.



**Gráfico 1 - Distribuição percentual dos ocupados, por sexo, segundo rendimento.**  
**Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, Minas Gerais, 2000.**



**Gráfico 2 - Distribuição percentual dos ocupados, por sexo, segundo rendimento.**  
**Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, Minas Gerais, 2000.**

Como se pode observar nos gráficos anteriores, o rendimento mensal das mulheres é

mais baixo que o rendimento dos homens, tendo destacado um número relativamente alto de mulheres auferindo ganhos inferiores a dois salários mínimos.

Nesse sentido, o artesanato surge como alternativa eficaz de renda, já que além da dificuldade para conseguir uma vaga no mercado de trabalho formal, os salários não se constituem atrativo suficiente.

De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, “8,5 milhões de brasileiros envolvem-se em atividades artesanais e que o setor movimenta, anualmente, R\$ 28 bilhões, representando quase 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB)”. Comparando esses dados com a renda média da população feminina do Noroeste de Minas, fica evidenciada a necessidade de se promover Programas de desenvolvimento do artesanato local como forma de geração de renda e melhoria da qualidade de vida.

Com a crise de desemprego instalada em quase todo o país, é natural que as pessoas procurem alternativas estratégicas para garantir seu sustento e de sua família. Como se percebe, muitas pessoas têm conseguido aumentar seus ganhos através do artesanato, pois além de gerar renda, suas peculiaridades podem atrair turistas de outras partes do Brasil e do mundo, movimentando a economia local e gerando desenvolvimento para a comunidade.

A Região Noroeste de Minas é tradicionalmente conhecida por suas tecelãs. De acordo com a Fundação Nacional de Arte (1983), “Tecelagem é o trabalho de entrelaçar fios nos teares. Entrelaçar teia e trama - urdume<sup>1</sup> e tapume<sup>2</sup>. Teia é a base, o fundo do tecido, feito nas urdideiras<sup>3</sup> e levado depois para o tear<sup>4</sup> onde é tapado, e então tecido”.

Tanto para o urdume como para o tapume a tecelã utiliza-se do mais variados tipos de fios: algodão, lã, linho, buriti e pita. “Os fios de algodão e os de lã, podem ser industrializados, adquiridos pelas artesãs em lojas, já tintos e enovelados, ou seja, prontos para serem urdidos e tecidos” (FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE, 1983, p.21).

---

<sup>1</sup> Fios que são dispostos no sentido longitudinal, que dá o comprimento ao tecido.

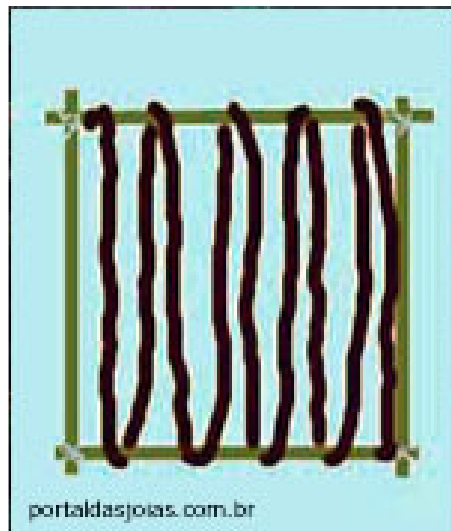
<sup>2</sup> Fios dispostos no sentido transversal, que dão a largura ao tecido.

<sup>3</sup> Conjunto de duas peças paralelas e verticais, guarnecidas de prego e madeira ou ganchos de ferro em que se põem em ordem os ramos da teia.

<sup>4</sup> Aparelho para tecer.

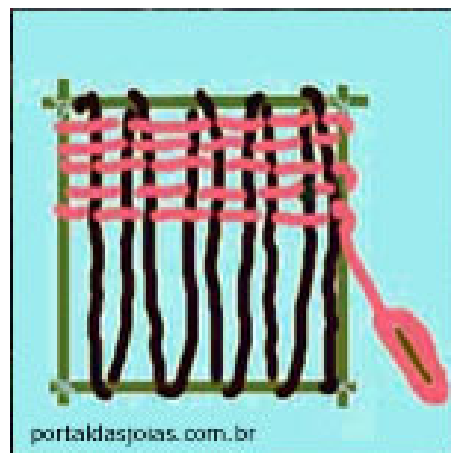


A figura a seguir, demonstra o que é o urdume, ou seja, a parte dos Fios que são dispostos no sentido longitudinal, que irá dar o comprimento ao tecido.



**Figura 2: Exemplo de urdume**

A figura 3, a seguir, demonstra o que é o tapume, ou seja, a parte dos Fios dispostos no sentido transversal, que dão a largura ao tecido.



**Figura 3: Exemplo de tapume**

Dependendo do trabalho que se deseja realizar, as tecedeiras trabalham com o fio de algodão industrializado, adquirido sob a forma de meadas<sup>5</sup> dos retalhos das fábricas.

Quando o material utilizado para tecer é a lã, algumas artesãs adquirem esse material diretamente dos curtumes, em forma de aparas ou garras de pelego<sup>6</sup> que não foram aplicadas na confecção de tapetes. Muitos outros materiais e produtos industrializados sejam de algodão

<sup>5</sup> Porção de fios enrolados.

<sup>6</sup> A pele do carneiro com a lã.

ou de fios sintéticos são utilizados pelas tecedeiras. Em geral, esses produtos são reciclados, normalmente aparados em tiras estreitas e utilizados na confecção do tapume que servem como base para a feitura de cobertas e tapetes. O artefato pode ser encontrado facilmente nas lojas especializadas em artesanato.

Conhecida pelo nome de trapeira, trapo, fiapu, ou mesmo tira é conseguida a partir dos panos de roupas não mais utilizadas e, principalmente, dos retalhos de tecidos comprados junto às fábricas ou trazidos por pessoas que encomendam à tecedeira a cobertura ou o tapete feito no teor. Os fios podem, no entanto, ser feitos artesanalmente por meio de procedimentos e instrumental próprios. É processo complexo que compreende várias etapas, desde a obtenção da matéria-prima bruta até a tingidura do fio, quando não usado em sua cor natural, e a feitura de novelos (FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE, 1983, p.21).

Segundo a Fundação Nacional de Arte (1983), o próprio tecelão pode preparar o fio que utilizará em sua obra e esse trabalho normalmente conta com alguma ajuda de membros da família, vizinhos ou amigos, inclusive com a participação das crianças em algumas das etapas. Importante salientar que “cada tipo de fibra requer, para sua transformação em fio, tratamento específico, mas todas passam pelas etapas de coleta, limpeza, fiação, transformação em meadas ou novelos, tingidura, quando desejada, e enovelamento”.

A tecelagem é uma técnica associada à fiação, é comum ao tecelão executar todas as fases da produção: planta e colhe o algodão, carda, fia, tingi, enovela e tece.

Tecer é entrelaçar fios de maneira regular, com a ajuda de um tear. Para tecer é preciso antes urdir, que é a preparação e colocação dos fios que vão servir de suporte para a trama no tear. A trama é o resultado do entrelaçamento dos fios que vão ser passados no meio dela, com a ajuda de uma lançadeira - instrumento de madeira em forma de "canoinha", onde é encaixada a canela (pedaço de bambu oco, onde é enrolada a linha). Por um furo lateral na lançadeira passa-se a linha, que vai se desenrolando à medida que a artesã lança a "canoinha" sobre a urdidura. Para esta função pode-se usar também navetes, que é uma espécie de suporte retangular para se enrolar o fio (PIMENTA, 2005, p.34).

Segundo Pimenta (2005), “a fase final da tecelagem artesanal é a produção de tecidos nos teares manuais. No Brasil, há dois tipos de teares: o vertical e o horizontal, cada tipo pode oferecer diferentes modelos e dimensões do tecido”.

A técnica de tecelagem possibilita texturas variadas, podendo destacar as formas geométricas em baixo ou alto-relevo. As padronagens mais comuns são os temas geométricos, com predominância de linhas retas. Alguns padrões são conhecidos pelos “pontos” que têm o nome de acordo com as formas que assumem: xadrez, pé-de-gato, rosinha, oratório,

quadrinho, laranja-partida e tantos outros. Os nomes demonstram a analogia que o artesão faz com o seu universo cultural.

#### **4.1 Turismo e artesanato como alternativa de negócios no noroeste mineiro: Vale do Urucuia – Grande Sertão**

Pensar o Vale do Rio Urucuia e o Grande Sertão como destinos turísticos não é tarefa simples, pelo contrário. A sua complexidade, a sua história, as suas contradições, os índices de pobreza, a desigualdade social, o impacto de uma diversidade de economias predatórias, a incipiente infra-estrutura, a pouca oferta de determinados serviços e equipamentos, tudo isso termina para delinear o grande desafio que se nos apresenta.

A começar pelo corte geo-espacial, determinado por imposições políticas e administrativas nem sempre condizentes com a realidade de uma abordagem sócio-ambiental ou ecossistêmica. O Rio Urucuia nasce em Goiás, mas o estamos trabalhando apenas no seu curso que corta o Estado de Minas Gerais. O Parque Nacional Grande Sertão Veredas está situado na bacia do Carinhanha e abrange os Estados da Bahia e de Minas Gerais, mas o estamos trabalhando apenas no território político-administrativo mineiro. Não bastasse isso, os processos culturais, sociais e econômicos incidentes no Vale e no Grande Sertão são contíguos e interdependentes daqueles presentes nos Estados de Goiás e Bahia e no Distrito Federal.

Outro fator que contribui para a complexidade da região é que sofre mais influência geo-econômica de Brasília do que do poder central de Minas Gerais. Em sua obra "O Itinerário de Riobaldo Tatarana" (1974: 58), Alan Viggiano, atento leitor do "Grande Sertão: Veredas", de João Guimarães Rosa, observa que há um aspecto, provavelmente intencional, que aflora da saga: todos os combates e perseguições dos soldados contra os cangaceiros se deram do lado direito do rio São Francisco. E continua: embora não possamos afirmar categoricamente, parece que há uma conotação toda especial nesse fato, circunstância que, de resto, merece estudo mais aprofundado.

E merece mesmo. Tudo indica que do lado de lá, à margem direita do Velho Chico, o Estado - os soldados - estivesse presente de forma mais concreta do que do lado de cá, nos Vales do Urucuia e do Carinhanha. A margem esquerda era refúgio, não apenas da jagunçagem - algo difuso e de difícil compreensão pelas tantas contradições morais, éticas e políticas que enseja - mas também dos injustiçados, daqueles que não se harmonizavam com a nova ordem, aquela imposta pelos violentos e truculentos bandeirantes, a do Estado lusitano,

da propriedade da terra conquistada a ferro e fogo, o coronel e o agregado, o patrão e o empregado, o indígena e o negro escravizados.

Com Brasília, o Estado chega à margem esquerda do São Francisco e o enunciado "o Sertão está em toda a parte" se consubstancia em Planaltina, São Sebastião, Águas Lindas, Samambaia, Recanto das Emas, Paranoá, abrigando os eternos refugiados do Sertão.

Tudo isso torna mais complexa a inserção da economia do turismo na região do Sertão, dos Vales do Urucuia e Carinhanha.

Os que ficaram, remanesceram e se reproduziram, mantêm uma relação particular com o espaço geofísico e com o meio ambiente e passam a ser o fator motivacional para o potencial turista, o visitante, dando-lhe a oportunidade única de observar, aprender e estabelecer trocas com a simbiose que é o Sertão: sertanejo e Cerrado, sertanejo e rios e riachos, sertanejo e a produção da sobrevivência, sertanejo e veredas, sertanejo e várzeas, com toda a sua história e cultura resultantes, em termos de falares, fazeres e usares. Principalmente seu belo artesanato.

Logo, nos remetemos a algumas decisões: o turismo no Urucuia e Grande Sertão precisam estar indelevelmente marcados pela preocupação da sustentabilidade: terá que ser economia complementar, auxiliar e associada às demais, adensando-as e tornando-as capazes de serem competitivos com as economias predatórias, como o modelo agro-exportador de agricultura e pecuária e o carvão. O turismo terá que ser economia de apropriação social ampliada, comunitária, para que não venha a ser mais uma dessas a produzir degradação dos recursos naturais e culturais, do tecido social e agravamento dos índices econômicos que não podem orgulhar nenhuma sociedade.

Os cinquenta anos da obra Roseana, que se completou no ano de 2006, surgiu como oportunidade especial ao estímulo de visitas ao Vale do Urucuia e ao Sertão, mas as dificuldades também foram reconhecidas, para que uma percepção mais real do turismo seja internalizada e levem ações consistentes e estruturantes, capazes de desencadear uma longa construção de possibilidades reais de desenvolvimento sustentável nesses lugares.

No caso mais específico das fiandeiras do Vale do Urucuia há uma ação de revalorização da fiação artesanal, tingimento com corantes naturais, como a ferrugem, a casca de cebola, as folhas de árvores frutíferas (como goiaba e manga) e a serragem de madeiras usadas na região: Jatobá, Barú, Garapa, Vinhático, e posteriormente a tecelagem, contribuindo para a geração de renda complementar em uma região sem oportunidades. Temos que salientar que todos os produtos não demandam de fornecedores externos, toda a sua produção consiste no aproveitamento sustentável da natureza. Apenas o turismo é capaz de redesenhar a

realidade econômica das dez cidades do Vale, cuja renda familiar é menor que meio salário mínimo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar os princípios do turismo sustentável, verificou-se que a produção de artesanato, mais especificamente, o artesanato produzido na Região Noroeste de Minas, além de excelente atrativo para o turismo local, servindo como recurso de geração de emprego e renda, também possibilita a promoção do turismo sustentável, visando não apenas o crescimento numérico das comunidades, mas o seu desenvolvimento em termos de qualidade de vida associado à preservação do meio ambiente.

Portanto, diante do desafio proposto neste estudo, que foi o de identificar o artesanato do Noroeste de Minas como alternativa de turismo, percebeu-se que essa prática está condizente com os princípios que norteiam as ações de preservação do meio ambiente e sustentabilidade. Os vários recursos utilizados pelos artesãos locais não comprometem o meio ambiente, além de projetar a localidade no cenário nacional ou até mesmo mundial, suscitando matérias de revistas e jornais de grande circulação e, assim, ajudando a divulgar a Região, atraindo ainda mais turistas que vão em busca de novas experiências, conhecer lugares novos, e que ao final querem levar para sua casa um objeto que represente a comunidade visitada. Esse fator torna o turismo na Região Noroeste de Minas uma das principais fontes de renda para a população, e o mais importante, não constitui risco para o meio ambiente local.

Sabe-se que com a expansão da atividade turística em todo o mundo e, em especial no Brasil, a maior preocupação dos ambientalistas é o efeito colateral dessa industrialização das viagens a lazer. Há muito se defendia que a natureza é a matéria prima do turismo. No entanto, o turista sem a devida educação ambiental acaba por degradar os locais visitados. Essa prática ao longo dos anos pode deixar sérios prejuízos à natureza além de comprometer a qualidade de vida das gerações vindouras.

No caso do artesanato de Minas, não há impacto mais grave ao meio ambiente além daqueles considerados como “dentro da normalidade”, ou seja, o turista visita a região e adquire produtos que são confeccionados com matéria prima local e que valorizam a cultura tradicional e a mão-de-obra. Os materiais utilizados são extraídos das plantas ou da lã de animais, que são naturalmente renovados em um ciclo natural, não havendo, portanto, degradação da natureza, como acontece com outros materiais como pedras, madeiras etc.

No entanto, apesar do artesanato da Região Noroeste de Minas servir de exemplo de turismo sustentável e compatível com as normas internacionais de sustentabilidade, há muito

que se investir na região. São necessárias ações eficazes e mais efetivas por parte do Governo Estadual e Federal, no sentido de potencializar as tecnologias sociais nascidas nas próprias comunidades da Região, aproveitando as competências locais, com iniciativas que promovam a organização, a capacitação e incentivem o empreendedorismo local, aumentando o número de oportunidades de emprego, por meio do fluxo de turistas na Região e, com isso, aumentando o volume financeiro movimentado nas comunidades, possibilitando investimento em infra-estrutura. Dessa forma, concomitantemente com o crescimento local está o desenvolvimento das comunidades.

Assim, conclui-se que mais do que gerar perspectivas de crescimento às comunidades da região em epígrafe, é necessário um posicionamento institucional para promoção da aproximação entre comunidade e governo, para criar oportunidades de trabalho em atividades auto-sustentáveis. Investir na produção artesanal do Noroeste de Minas significa incrementar uma atividade politicamente correta, de proteção ao meio ambiente e que atualmente tem sido responsável pelo sustento de centenas de famílias, cujos provedores ou provedoras trabalham com as mãos, utilizando-se apenas de recursos naturais sem qualquer tipo de poluição ou degradação à natureza.

Infelizmente não existe nenhuma política pública de vulto que premie o turismo no Noroeste Mineiro, apenas pequenas exceções sem cunho governamental com a Funatura e o Sebrae que com todas as condições adversas desenvolvem um trabalho excepcional.

Fazer o turismo acontecer é como plantar uma lavoura: tem que lavrar, plantar, adubar, carpir, colher, processar e vender. Ou como fazer tijolos, tem que ter o barro, a fôrma, o forno, vender, transportar e colher o resultado. No Sertão, é como se tivéssemos apenas a maniva ou o barro. As outras etapas estão por fazer.

Turismo, ecoturismo, turismo de natureza, de aventura e principalmente o cultural, artesanato, para tudo tem oferta no mercado e estruturada sobre condições menos adversas do que aquelas que encontramos no Sertão.

Excelência em turismo que não pode ser confundida com luxo, sofisticação ou parafernália de equipamentos num destino como o Sertão. A excelência está na singularidade do destino, somada à simplicidade, hospitalidade, regionalismo, identidade, zelo com os patrimônios naturais e culturais, nos bons serviços, de forma a possibilitar ao turista satisfação e segurança, desde o momento em que compra o pacote até o momento em que usufrui do atrativo e volta para casa com a sensação de troca humana rica e justa. Tudo isso o Sertão não

tem, mas vai ter. Por uma razão muito simples: o ator principal dessa história são as sertanejas e sertanejos, dispostos a compartilhar os Cerrados com a humanidade, em troca apenas de respeito e do direito à dignidade.

Pode até parecer ufanismo, excesso de confiança e otimismo. Mas não é. Se progressivamente estruturado, perguntamos: haverá no mundo destino turístico tão singular como o Sertão, onde você pode topar a todo momento com personagens saídos das páginas de Guimarães, bichos humanos ou não, se encantar com veredas monumentais, e um artesanato rico, único e insuperável.

“A vida inventa! A gente principia as coisas, no não saber por que, e desde aí perde o poder de continuação – porque a vida é mutirão de todos, por todos remexida e temperada.” (Rosa, 1986: 430).



## REFERÊNCIAS

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). **Turismo: Como aprender, como ensinar**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BARBIERI, J. C. Desenvolvimento sustentável regional e municipal: conceitos, problemas e pontos de partidas. **Revista Administração On-line**, Fecap, São Paulo, v1, nº4, out/nov/dez. 2000. Disponível em: <[http://www.fecap.br/adm\\_online/adol/artigo.htm](http://www.fecap.br/adm_online/adol/artigo.htm)>. Acesso em 11 mar. 2007.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. 2.ed. São Paulo: Papyrus, 2000.

BELLIA, Vitor. **Introdução à Economia do Meio Ambiente**. Brasília: IBAMA, 1996.

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

BENKO, G. Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** São Paulo: Letras Contemporâneas, 1994.

BRUNDTLAND, G.H. et al. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BURSZTYN, M. Políticas Públicas para o Desenvolvimento (sustentável). In: BURSZTYN, M (org) **A difícil sustentabilidade – Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 59-76.

DE PAULA, J. Uma agenda para o Brasil. In: Programa Regional de Estratégias de Desenvolvimento Local Sustentável. Projeto PNUD-BRA/98/017: **Agenda de desenvolvimento humano sustentável para o Brasil do século XXI**: relatório final. Brasília: Athalaia Gráfica Editora, pt, p. 283-294, 2000.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 8ª edição. São Paulo:

Gaia, 2003.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA – FUNATURA (2005). **Elaboração de roteiro** em comunidades do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas/MG. Brasília, DF.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA – FUNATURA (2004). **Apostila do Guia Local de Ecoturismo** – Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Brasília, DF.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA – FUNATURA (2005). **Aplicação do INRC da população do Assentamento São Francisco oriunda do PNGSV** – MG. Brasília, DF.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA – FUNATURA (2003). **Plano de Desenvolvimento do Assentamento São Francisco**. UnB, UFV. Brasília, DF e Viçosa, MG.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA – FUNATURA (2002). **Plano de Desenvolvimento Sustentável** do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. MMA/ PROBIO/ CNPq/ IBAMA. Brasília, DF

GIBSON, K. R. **Customs and cultures in animals and humans**. Anthropological Theory, vol. 2, n. 3, p. 323-339, 2002.

GUIMARÃES, Roberto P. Da Oposição entre Desenvolvimento e Meio Ambiente ao Desenvolvimento Sustentável: Uma Perspectiva do Sul. In: **Temas de Política Externa Brasileira II**. FONSECA JR, Gelson; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. São Paulo: Paz e Terra, pt, p.201-232, 1994.

HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDEMEBERG, M. (org) **Ecologia, Ciência e Política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p. 9-48.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Editora Vozes, 1976.

MORCILLO, Francisco Mochon. **Elementos de Economia**. Madrid: McGraw-Hill, 1993.

MALUF, R. S. **Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico**. Estudos Sociedade e Agricultura, n.15, pt, p.53-86, 2000.

MARTINS, Sérgio Ricardo O. **Desenvolvimento local**: questões conceituais e metodológicas. Interações. Campo Grande, v.3, n.5, p.51-58, setembro de 2002.

**NBR.** ISO 14001. Disponível em: <[http://www.qsp.org.br/pdf/o\\_que\\_mudou\\_iso14001.pdf](http://www.qsp.org.br/pdf/o_que_mudou_iso14001.pdf)>.

Acesso em 14 mar 2007.

**PROJETO URUCUIA** (2001), Brasília, DF: Edições IBAMA

RODRIGUES, Oyama Daroszewski. **Um modelo de Ecoturismo competitivo como contribuição para o desenvolvimento local: O Caso de Paraúna/Go.** 2003. 229p. Mestrado em Engenharia, Universidade Federal de Santa Catarina / SC, 2003.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** 4.ed. Campinas: Papirus, 1999.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI: Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Revista do PNMA, 1993.

SEBRAE. **Uma proposta de sustentabilidade.** Revista Sebrae, nº 8, 2004.

\_\_\_\_\_. **Curso Básico de Gestão Ambiental.** Brasília:Sebrae, 2004.

STAPP, W.B, *et all.* **A concepção de Educação Ambiental.** The Journal of Environmental Education, 1(1):30-31, 1969.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental.** São Paulo: Aleph, 2000.

TAMAIIO, Irineu. **A Política Pública de Educação Ambiental – Sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores.** Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TEIXEIRA, Francisco Martins. **Cultura Popular e Atividade Turística.** Natal: Faculdade Câmara Cascudo, 2005.